

**Presidência****RESOLUÇÃO N. 528, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023**

Garante a equiparação constitucional entre direitos e deveres da Magistratura e do Ministério Público.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais;

**CONSIDERANDO** a equiparação constitucional existente entre a Magistratura e o Ministério Público, nos termos do art. 129, § 4º, da Constituição da República, e a autoaplicabilidade do preceito;

**CONSIDERANDO** o já decidido pelo Conselho Nacional de Justiça e materializado na Resolução 133/2011;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter o mesmo grau de atratividade para ambas as carreiras;

**CONSIDERANDO** a decisão do Plenário do Conselho Nacional de Justiça no Ato nº 0006697-61.2023.2.00.0000, na 15ª Sessão Ordinária, realizada em 17 de outubro de 2023,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Os direitos e deveres validamente atribuídos aos membros da Magistratura ou do Ministério Público aplicam-se aos integrantes de ambas as carreiras, na que couber.

Art. 2º. A previsão do artigo anterior deverá ser implementada na forma do art. 2º da Resolução CNJ 133/2011.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Luís Roberto Barroso

**Secretaria Geral****Secretaria Processual****PJE****INTIMAÇÃO**

**N. 0005336-43.2022.2.00.0000 - REVISÃO DISCIPLINAR** - A: ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO. Adv(s): RO2433 - DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES, DF34921 - ANTONIO RODRIGO MACHADO DE SOUSA, SP191828 - ALEXANDRE PONTIERI. R: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - TJRO. Adv(s): Nao Consta Advogado. EMENTA REVISÃO DISCIPLINAR. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. HIPÓTESE DE CABIMENTO. ARTIGO 83 DO REGIMENTO INTERNO DO CNJ. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE ÀS EVIDÊNCIAS DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. REVDIS. IMPROCEDÊNCIA. 1. A revisão disciplinar (RevDis) é uma modalidade de procedimento em que há limites horizontais à cognição, já que somente podem ser admitidas as matérias expressamente previstas no art. 83 do Regimento Interno do CNJ, o que poderia dar ensejo a alguma discussão quanto à possibilidade de que, não sendo caso de flagrante ilegalidade, rever a decisão do Tribunal de origem. 2. Este Conselho tem adotado uma jurisprudência menos restritiva no que diz com a possibilidade de, em sede de RevDis, analisar a proporcionalidade da sanção aplicada, tendo sido via de regra adotado o entendimento de que a falta de proporcionalidade por si só já seria suficiente para legitimar o cabimento da Revisão Disciplinar. 3. Ocorre, entretanto, que o Tribunal aplicou de forma correta a pena de aposentadoria, tendo em vista que restou comprovado que o magistrado exercia uma atividade empresarial, o que já seria forte suficiente para justificar a pena capital. Porém, no caso em tela, sequer essa atividade foi exercida de forma íntegra, já que os detalhes do caso concreto indicam que todo o exercício dessa atividade empresarial se deu de modo nebuloso (tanto que ensejou até mesmo o oferecimento de uma denúncia criminal pelos mesmos fatos), causando prejuízos aos demais negociantes, descumprindo as obrigações assumidas e praticando atos que caracterizam conduta desleal. 4. A decisão do Tribunal não merece reparos porquanto observou a proporcionalidade e a razoabilidade para aplicar a pena de aposentadoria compulsória. 5. Pedidos julgados improcedentes. ACÓRDÃO Após o voto do Conselheiro Marcello Terto (vistor), o Conselho, por maioria, julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Conselheiro Marcio Luiz Freitas. Vencido o Conselheiro Marcos Vinicius Jardim Rodrigues, que julgava parcialmente procedente o pedido rever a penalidade aplicada na origem e impor ao magistrado a penalidade de disponibilidade, com vencimento proporcionais ao tempo de serviço. Lavrará o acórdão o Conselheiro Marcio Luiz Freitas. Ausentes, em razão das vacâncias dos cargos, os representantes do Ministério Público da União e da Câmara dos Deputados. Presidiu o julgamento o Ministro Luís Roberto Barroso. Plenário, 17 de outubro de 2023. Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Luís Roberto Barroso, Luis Felipe Salomão, Vieira de Mello Filho, Mauro Pereira Martins, Salise Sanchotene, Jane Granzoto, Richard Pae Kim, Marcio Luiz Freitas, Giovanni Olsson, João Paulo Schoucair, Marcos Vinicius Jardim Rodrigues, Marcello Terto e Luiz Fernando Bandeira de Mello. Conselho Nacional de Justiça Autos: REVISÃO DISCIPLINAR - 0005336-43.2022.2.00.0000 Requerente: ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO Requerido: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - TJRO Relatório Trata-se de Revisão Disciplinar (RevDis) proposta por ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO, Juiz de Direito, na qual requer a desconstituição da penalidade de aposentadoria compulsória aplicada pelo Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), nos autos do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 000168-81.2021.8.22.0000, ou, subsidiariamente, a conversão da sanção aplicada em pena de advertência. Segundo o Revisonado, o PAD foi instaurado em razão de o magistrado processado supostamente ter praticado atos de gestão empresarial, vedados pela Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN), bem como, no exercício daquela atividade, ter deixado de observar os deveres funcionais de integridade pessoal e profissional, dignidade, honra e decoro. Alegou que o PAD foi instaurado, na origem, por conta de negociação realizada diretamente pelo